

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVIO ROBSON FONTANA NICOLAS

**PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOAS
JURÍDICAS DIRECIONADO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MÉDIO E
PEQUENO PORTE**

CURITIBA

2016

SILVIO ROBSON FONTANA NICOLAS

**PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOAS
JURÍDICAS DIRECIONADO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MÉDIO E
PEQUENO PORTE**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientadora: Dra. Simone Bernardes Voese.

CURITIBA

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo Dom da vida e força para seguir os caminhos.

Aos meus familiares, pelo amor e compreensão.

Aos professores e mestres desta renomada Instituição, por todo apoio e dedicação prestados em todos os momentos.

Em especial a Professora Simone Bernardes Voese que me orientou com tanta dedicação e apreço.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo uma proposta de relatório de análise de crédito para pessoas jurídicas direcionado a instituições financeiras de pequeno e médio porte. Esta pesquisa configurou-se como qualitativa quanto à abordagem do problema, com relação aos objetivos será descritiva e aos procedimentos de forma bibliográfica e participativa. Crédito expressão simples que propicia as empresas com seu uso a expansão das atividades, diversificação de produtos, aumento de produção, renovação tecnológica entre outras possibilidades, todavia a expressão Concessão de Crédito tem sido de difícil atingimento para muitas entidades. O ano de 2015 foi marcado por uma crise econômica, recessão na concessão de crédito, empresas enfrentando dificuldades financeiras, queda nas vendas, atraso nos pagamentos, pedidos de replanilhamento de dívidas, estas são algumas situações enfrentadas pelas empresas que negociam a prazo, principalmente com as Instituições Financeiras. O Crédito passou a ser um instrumento de extrema necessidade, assim sendo deve ser avaliado com profundidade, buscando informações sobre a situação econômico-financeira, administração, produção, vendas, entre outras; informações estas que irão respaldar a montagem do Relatório de Crédito. Relatório este que deve conter elementos que serão compilados e atualizados para que a análise de crédito tenha uma decisão assertiva. Portanto um Relatório de Proposta de Crédito deve contemplar o máximo de informações, econômicas, mercadológicas, financeiras, administrativas, posições de liquidez e endividamento, além de outras, detalhando sequencialmente as informações para uma tomada de decisão, identificando a real situação econômico-financeira da empresa solicitante de crédito, e em caso de concessão que seja com a maior certeza do repagamento da operação, mantendo o crescimento da economia e das atividades empresariais.

Palavras-chave: Crédito, Concessão de Crédito, Informações, Repagamento, Elaboração, Relatório de Crédito.

ABSTRACT

This study aims to propose a model of credit analysis report for legal person directed to financial institutions small and middle size companies. The research has a qualitative approach in relation the theme and descriptive in relation the objectives. In relation to procedures will be bibliographic and participatory. Credit simple expression that provides companies with its use to expand activities, product diversification, increased production, technological renewal amongst other possibilities, however the credit granting expression has been difficult achievement for many entities. The year 2015 was marked by an economic crisis, recession in lending, companies experiencing financial difficulties, falling sales, late payments, requests for installment debts, these are some situations faced by companies trading over time, especially with Financial Institutions. Credit has become an instrument of extreme need, therefore should be evaluated in depth, seeking information on the economic and financial situation, management, production, sales, among others; these information that will support the assembly of the Credit Report. Report this should contain elements that will be compiled and updated for the credit analysis has an assertive decision. So a Credit Proposal report should include as much information, economic, market, financial, administrative, liquidity and debt positions, and other sequentially detailing the information for decision making, identifying the real economic and financial situation of requesting credit company, and in case of award is with greater certainty of repayment of the operation, maintaining economic growth and business activities.

Key-words: Credit, credit granting, Information, Repayment, Development, Credit Report.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÍNDICES DE DESEMPENHO.....	32
FIGURA 2 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	39
FIGURA 3 - CAPA DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO	53
FIGURA 4 - PROPOSTA DE CRÉDITO / POSIÇÃO DE RISCO	54
FIGURA 5 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA	57
FIGURA 6 - PERFIL DOS ADMINISTRADORES	59
FIGURA 7 - INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS	59
FIGURA 8 - DETALHAMENTO DE CONTAS CONTÁBEIS.....	60
FIGURA 9 - ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	60
FIGURA 10 - ENDIVIDAMENTO JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO - BACEN	61
FIGURA 11 - ABERTURA DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO FORNECIDO PELA EMPRESA.....	61
FIGURA 12 - CONSULTA AO MERCADO FINANCEIRO	62
FIGURA 13 - PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS	62
FIGURA 14 - INDICAÇÃO DE PARECER.....	63
FIGURA 15 – RECOMENDAÇÃO PARA O COMITÊ DE GOVERNANÇA	63
FIGURA 16 - ANEXOS AO RELATÓRIO	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 METODOLOGIA.....	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2. CRÉDITO	18
2.1 TIPOLOGIA: C'S DO CRÉDITO	19
2.2 RISCOS	43
2.3 CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	44
3. RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA EMPRESAS	47
4. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOAS JURÍDICAS DIRECIONADO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE.....	51
4.1 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO TRABALHO	51
4.2 PROPOSTA DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	51
4.3 PROPOSTA DOS ELEMENTOS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

O crédito tem uma função muito importante no desenvolvimento econômico e financeiros de uma entidade, através dele é que se consegue ampliar os negócios, a palavra crédito como explica o dicionário Básico da Língua Portuguesa elaborado em parceria do jornal a Folha de São Paulo e o Dicionário Aurélio (p. 186) refere-se a 1. Segurança que alguma coisa é verdadeira; confiança; 2. Boa reputação, boa fama, consideração.

Tem-se no crédito a condição de expandir as atividades econômicas das empresas, consiste na busca de novos negócios, aumento do poder de compra das pessoas físicas e jurídicas. O crédito é fornecido para quem necessita adquirir algo no presente, mas que não possui recursos financeiros disponíveis, sendo seu pagamento a ser realizado no futuro.

Para se atingir o objetivo descrito pelo dicionário, tem-se de conhecer muito bem o solicitante de crédito, pois dele depende o repagamento da operação e que assim possa ser emprestada novamente.

A obtenção de crédito vem enfrentado dificuldades nos dias atuais, um dos pontos que tem pesado para esta dificuldade, é uma operação do Ministério Público Federal (MPF) iniciada em 2009, conforme relata o site do MPF (2016).

A Lava Jato começou em 2009 com a investigação de crimes de lavagem de recursos relacionados ao ex-deputado federal José Janene, em Londrina, no Paraná. Além do ex-deputado, estavam envolvidos nos crimes os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater. Alberto Youssef era um antigo conhecido dos procuradores da República e policiais federais. Ele já havia sido investigado e processado por crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro no caso Banestado.

Continuando com o site do MPF (2016) a operação denominada Lava Jato iniciou suas investidas.

Em 17 de março de 2014, foi deflagrada a primeira fase ostensiva da operação sobre as organizações criminosas dos doleiros e Paulo Roberto Costa. Foram cumpridos 81 mandados de busca e apreensão, 18 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de prisão temporária e 19 mandados de condução coercitiva, em 17 cidades de 6 estados e no Distrito Federal.

A partir deste momento os anos de 2014 e 2015 são marcados com o aprofundamento das investigações e novas investidas judiciais, com prisões, apreensões de documentos, que são analisados e utilizados para deflagração de novas operações buscando identificar os infratores e o montante envolvido no processo de corrupção.

Entendendo melhor a operação investigativa o Ministério Público Federal descreve em seu site (2016).

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras.

Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

As investigações deste então se aprofundam mostrando um extenso programa de corrupção envolvendo: grandes empreiteiras, funcionário da Petrobrás, operadores financeiros e agentes políticos.

Segundo o MPF (2016), a forma de atuação das empreiteiras era da seguinte maneira.

As empreiteiras - Em um cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se cartelizaram em um “clube” para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo.

Assim tem-se os anos de 2014 e 2015 foram marcados por uma grande operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (Lava Jato), operação está que apresentou uma série de atividades ilícitas, decorrentes do pagamento de propinas a funcionários públicos, para que algumas empresas conseguissem prestar serviços ao Governo principalmente a Petrobras, salienta-se que estes contratos se referiam a grandiosas obras a serem realizadas que demandariam elevada monta de recursos financeiros.

Entende-se que está operação é de elevada importância para estancar a corrupção que reina no Brasil, todavia por se tratar de uma operação que envolve grandes setores da economia, como relata Ruth Costas – correspondente jornalística da BBC Brasil em São Paulo (2016), em sua reportagem “Escândalo da Petrobras engoliu 2,5% da economia em 2015”.

Não fosse o impacto da operação Lava Jato, a recessão brasileira seria bem menor, segundo Alessandra Ribeiro, economista da Consultoria Tendências.

Pelos cálculos da consultoria, a Lava Jato deve ter um impacto negativo de 2,5 pontos percentuais no PIB deste ano.

Por enquanto, a estimativa da consultoria é de uma retração na economia brasileira de 3,2% em 2015, embora o número deva ser revisado para uma queda ainda mais brusca em função dos resultados do PIB do terceiro trimestre, divulgados na manhã da última terça-feira pelo IBGE - e piores do que o esperado.

Descontados os efeitos econômicos atribuídos às investigações, a queda do PIB seria, portanto, de algo em torno de 0,7% e 1,3% (dependendo da revisão).

"A Lava Jato paralisou setores que têm um peso grande nos investimentos totais da economia, então é natural que tenha um impacto negativo expressivo no PIB no curto prazo", explica Ribeiro.

Continuando com sua reportagem a jornalista comenta os impactos do processo de corrupção no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Pelos cálculos das Tendências, os investimentos da Petrobras corresponderiam a 2% do PIB brasileiro e os aportes de grandes construtoras envolvidas no escândalo em obras de infraestrutura, 2,8%.

Em seu conjunto, portanto, os investimentos de todas as empresas envolvidas na Lava Jato chegariam a quase 5% do PIB, em um país em que o nível total dos investimentos varia de 17% a 20%.

Em função da Lava Jato, construtoras como a Odebrecht e a Camargo Correa, além da própria Petrobras, revisaram seus planos de investimentos, fizeram mudanças em sua estrutura organizacional ou em contratos com fornecedores e parceiros.

Corroborando com o levantamento da jornalista acima a Revista Isto É, publica em seu site em janeiro de 2016, a seguinte reportagem “Obras paradas: o outro lado da Operação Lava Jato”.

Investigações fragilizam empreiteiras e já provocam demissões em massa e paralisação de empreendimentos. Governo manifesta preocupação e reacende a discussão sobre a abertura de mercado às empresas estrangeiras

As investigações da Operação Lava Jato chegaram a um ponto decisivo para o futuro das grandes obras e até para a economia brasileira. Na semana passada, tornou-se pública a divergência entre o governo federal e o juiz Sérgio Moro, de Curitiba, responsável pelo caso, em relação aos desdobramentos do escândalo da Petrobras. Estimulado pelo Palácio do Planalto, na quarta-feira 28, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a preservação institucional das empreiteiras. “Que nós não criemos situações que atrapalhem a vida econômica dos brasileiros”, afirmou Cardozo, em entrevista coletiva, depois de fazer a ressalva de que as pessoas responsáveis pelos desvios bilionários da estatal devem ser punidas com o rigor da lei. No mesmo dia, Sérgio Moro demonstrou claro interesse em acabar com as relações entre as grandes empresas que tocam as obras e o poder público. “A única alternativa eficaz para afastar o risco de repetição dos crimes seria suspender os contratos”, afirmou o juiz em ofício enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A medida pretendida pelo magistrado atingiria a União, Estados e Municípios.

O governo tem razões para se preocupar com os efeitos da Lava Jato sobre as obras. Nos últimos dois meses, a Petrobras restringiu o pagamento dos aditivos dos contratos por suspeita de irregularidades e a consequência imediata foi a demissão de 12 mil trabalhadores de refinarias e estaleiros. Algumas obras da transposição do rio São Francisco estão paralisadas e tiveram o cronograma de entregas adiado. No total, a previsão de empresários do setor é que a Lava Jato traga um impacto negativo de pelo menos R\$ 20 bilhões devido ao enfraquecimento das empresas.

Nos últimos dez anos, as empreiteiras OAS, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, UTC e Odebrecht concentraram o domínio das grandes obras de infraestrutura. Essas gigantes funcionavam como uma espécie de apêndice dos ministérios de Integração Nacional, Cidades e Transportes. Calcula-se que empreguem mais de 300 mil pessoas. Agora, o esvaziamento de caixa das empresas atinge também os fornecedores. No estaleiro Paraguaçu, na Bahia, o número de empregados despencou de 4.200 para 840. “Mesmo assim, estão lá fazendo de conta, porque acabou a matéria-prima. Não pagaram os fornecedores. Nós percebemos que os consórcios estão querendo só provisionar recursos para as rescisões contratuais”, relata Iralson Warneaux, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada da Bahia.

O setor do petróleo foi o primeiro a sentir os efeitos da Operação Lava Jato. Restrições nos pagamentos das obras da Refinaria Abreu e Lima (PE), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da indústria da Ilesa em Charqueadas (RS) também levaram a milhares de demissões. De carona com a crise, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) reclama prejuízo de pelo menos R\$ 200 milhões com a inadimplência gerada pela Lava Jato. No caso das PPPs, o problema mais urgente está em São Paulo, Estado que vive a pior crise hídrica dos últimos 80 anos. As obras do sistema São Lourenço estão a cargo da Camargo Corrêa e da Andrade Gutierrez, ambas investigadas pela PF. O investimento previsto para o empreendimento é de R\$ 2,1 bilhões.

Com as maiores empreiteiras do País envolvidas na Lava Jato, governo e setor privado já enxergam como inevitável a chegada de concorrentes externos e começam a discutir internamente como se dará a abertura do mercado da construção civil. “O Brasil hoje cria obstáculos para o estrangeiro. É mais caro e burocrático. As grandes construtoras vão para o México ou a Colômbia. Mas há caminhos”, afirma um diretor de multinacional. Uma das estratégias do governo para abrir o mercado da construção civil seria aproximar as estrangeiras das empresas médias brasileiras. Assim, conferiria a elas mais musculatura financeira. Outras alternativas seriam facilitar o registro de engenheiros estrangeiros no País – hoje a dificuldade é grande – e reduzir os altos impostos para a importação de serviços e projetos.

Assim pode-se verificar que a investigação levou ao encerramento de grandes contratos e conseqüentemente o não pagamento por serviços prestados que estão sendo investigados e cancelamento de serviços a serem realizados, assim o não pagamento gerou uma crise econômica para várias empresas, de grande, médio e pequeno porte, grandes construtoras não conseguiam pagar suas despesas e outras entidades que prestavam serviços a estas também não recebem e não quitam suas obrigações.

A Revista Exame em março de 2016 publicou a seguinte reportagem, que resume a crise econômica enfrentada pelo Brasil “10 números que revelam a escala da crise econômica no Brasil”.

São Paulo - Crescimento, inflação, desemprego, renda, vendas, investimento: para onde que se olhe, a economia brasileira está mal.

A queda do PIB no ano passado foi a mais alta em 25 anos, e 2016 não deve ser diferente. A volta do crescimento em 2017 já se tornou mais uma esperança do que uma certeza, e há quem já fale em depressão ao invés de recessão.

Os últimos números mostram que a inflação deve entrar em trajetória de desaceleração - mas a partir de patamares que atingiram os perigosos dois dígitos anuais.

A população sente no bolso, com uma queda do PIB per capita que pode atingir 10% em 2 anos e com um desemprego que bateu 9% na última PNAD Contínua e 8,2% na última Pesquisa Mensal de Emprego, divulgada hoje.

Veja a seguir 10 números que mostram o tamanho da crise econômica em que está o Brasil:

Tópicos: Desenvolvimento econômico, Crescimento, Crise econômica, Desemprego, Economia brasileira, Inflação, Setores, Autoindústria, Indústria, PIB, Indicadores, PIB do Brasil, Recessão.

Os fatos relatados acima refletem na retração no desenvolvimento econômico brasileiro afetando assim as empresas que apresentam redução no seu faturamento e com menos recursos financeiros, as empresas devem ajustar seus gastos, ajustes estes que desencadearam em aumento no desemprego, redução em investimentos de expansão, fechamento de empresas e pedidos de recuperação judicial eclodiram no mercado financeiro.

Para exercerem suas atividades as empresas necessitam de recursos financeiros, com queda na receita e manutenção de custos, o desencaixe do fluxo de caixa fica inevitável, para vender mais as empresas concedem crédito (vendas a prazo) e necessitam captar recursos (empréstimos bancários) para equilibrar o caixa e assim conseguir a manutenção de suas atividades e até da sua própria existência.

Analisando o crédito em que Silva (2008, p. 56) define como “O crédito, no sentido restrito, consiste na entrega de um bem ou de um valor presente mediante uma promessa de pagamento em data futura”.

Continuando com Silva (2008, p. 56) que complementa “Isso significa, em termos financeiros, a expectativa de recebimento de um montante de dinheiro numa data futura”.

A aplicação do crédito é subsidiar as empresas de recursos financeiros (no caso de empréstimos), ou de mercadorias (no caso de vendas a prazo), para que o exercício da atividade se torne viável, assim Silva (2008, p. 26) retrata que.

A função de crédito diz respeito de forma mais direta a captar recursos junto aos agentes econômicos com posição orçamentária superavitária e financiar as necessidades de investimentos e consumo dos agentes com situação orçamentária deficitária tem sido o papel histórico dos bancos.

Continuando com Silva (2008, p. 26) “A função de crédito consiste em avaliar a capacidade de pagamento do tomador, visando assegurar a reputação e a solidez do banco”.

Pensando neste contexto não se pode esquecer que o pagamento do recurso emprestado é de extrema importância, pois sem o retorno deste recurso emprestado ou o pagamento da venda a prazo, não se tem novos recursos para emprestar.

Pensando como conhecer e levantar as informações econômico-financeiras de um solicitante de crédito, quais informações são deveras importantes, como expô-las em um trabalho, pergunta-se: como elaborar uma proposta de relatório de análise de crédito para pessoas jurídicas direcionado a instituições financeiras de pequeno e médio porte?

Este conhecer o cliente leva ao entendimento que concessão de crédito necessita de respostas a algumas perguntas importantes, que devem ser realizadas, sendo suas respostas muito bem analisadas e ponderadas.

Não se tem um roteiro específico de como elaborar uma análise de crédito, porém existe uma preocupação do banco em avaliar de forma sistemática os tomadores de recursos, assim para entender a situação econômico-financeira de um tomador de recurso utiliza-se como base a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN) que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, os fatores a serem ponderados conforme destaca o BACEN, com relação ao devedor / garantidor da operação são:

- Situação econômico-financeira
- Grau de endividamento
- Capacidade de geração de resultado
- Fluxo de caixa
- Administração e qualidade dos controles
- Pontualidade e atrasos de pagamentos
- Contingências
- Setor da atividade econômica

Já com relação à operação creditícia deve se levar em conta as seguintes indagações, mantendo ainda a Resolução 2.682/99 do Bacen:

- Natureza e finalidade da operação
- Suficiência e liquidez das garantias
- Valor

1.1 OBJETIVOS

Tendo como base as questões apresentadas anteriormente o presente trabalho tem como **objetivo geral** Apresentar uma Proposta de Relatório de Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas em Instituições Financeiras de Pequeno e Médio Porte. Este relatório deve ser conciso, contendo informações precisas e realistas que auxiliam no entendimento da real saúde financeira da empresa analisada propiciando uma decisão de concessão de crédito assertiva e categórica.

No geral o trabalho busca abordar por meio de uma fundamentação teórica conceituar crédito e apresenta ferramentas que contenham informações necessárias para avaliar a situação econômico-financeira da empresa estudada, a situação de sua administração, seu desempenho, seu endividamento, descrevendo o contexto do conceito de crédito, da Análise de Crédito, bem como, as etapas para a realização de uma análise de crédito, identificação dos riscos envolvidos no processo, identificação dos C's do Crédito ferramenta de extrema importância para a montagem de um relatório de Crédito.

Como **objetivo específico** o presente estudo apresenta uma Proposta de Relatório de Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas direcionado a Instituições Financeiras de Pequeno e Médio Porte, contendo:

- Analisar a estrutura teórica sobre análise de crédito
- Apresentar uma sequência de informações necessárias de acordo com sua importância para o melhor entendimento da empresa analisada;
- Propor um relatório conciso que o analista seja capaz de tecer parecer conclusivo, evidenciando conceituar o crédito analisado para realização de um parecer assertivo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho é importante porque por meio desta pesquisa poder-se-á dar uma orientação para as pequenas e médias empresas que operam com crédito, de

como Apresentar uma Proposta de Relatório de Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas que contemple quais informações são importantes, como abordá-las, como elaborar a compilação dos dados de forma explicativa.

O principal foco do trabalho é apresentar de forma sequencial as informações que serão base para a tomada de decisão para a concessão de crédito, assim com auxílio da teoria apresentada consegue-se ordenar as informações para a obtenção do melhor resultado, ou seja, a decisão de crédito mais assertiva.

1.3 METODOLOGIA

Para descrever sobre a metodologia ter-se-á no trabalho as seguintes situações:

A abordagem com relação ao problema será realizada de forma qualitativa, que informações são de suma importância para a elaboração de um Relatório de Crédito.

A abordagem com relação aos objetivos será descritiva, apresentação dos meios que devem ser utilizados para uma boa obtenção de informações creditícias.

Finalmente com relação aos procedimentos será de forma bibliográfica e participativa, apresentando assim conceitos de Mestres e Doutores no assunto que descrevem em suas obras detalhes importantes do processo de Avaliação, Análise e Concessão de Crédito.

No decorrer do trabalho, buscar-se-á conceituar o tema, descrever a importância de se conhecer a empresa que se está analisando, entender as necessidades da mesma, seja financeira ou administrativa e principalmente identificando se a entidade tem condições de honrar seus compromissos, pois o principal objetivo da Análise de Crédito é mitigar os riscos buscando o repagamento do empréstimo ou da venda a prazo a ser realizada.

Tratar-se-á sobre a fundamentação teórica, a História do Crédito, sua evolução no decorrer dos anos, seu conceito, importância, riscos envolvidos, C's do Crédito.

Apresentar-se-á o conceito de Relatório e Relatório de Crédito, sua composição bem como a disposição das informações necessárias para elaboração de uma Proposta de Relatório para Análise de Crédito de Pessoas Jurídicas.

Propor-se-á um Relatório para Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas.

Como resultado final apresentar-se-á um modelo de Relatório de Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas, contendo como base informações necessárias e sequenciais para um melhor entendimento da real capacidade de pagamento das empresas solicitantes de crédito.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O capítulo 1 tratará da introdução: tema, delimitação do tema, justificativa, objetivo geral e específicos, bem como, os procedimentos metodológicos e a organização do estudo.

O capítulo 2 discorrerá sobre a fundamentação teórica, sobre crédito, seu conceito, importância, riscos envolvidos, C's do Crédito.

O capítulo 3 apresentará o conceito de relatório e relatório de crédito, sua composição, bem como, a disposição das informações necessárias para elaboração de um Relatório para Análise de Crédito.

No capítulo 4 será apresentado a Proposta de Relatório de Análise de Crédito Para Pessoas Jurídicas Direcionado a Instituições Financeiras de Médio e Pequeno Porte.

No capítulo 5 será apresentado o parecer final destacando as abordagens finais sobre a proposta do presente estudo.

2. CRÉDITO

O crédito como já salientado é um instrumento importante no processo de desenvolvimento das economias, seja das pessoas físicas ou jurídicas e tem ligação direta com estas entidades, durante todo o processo de existência econômica, para tanto se buscou uma definição que reflita a real necessidade de entendimento deste conceito, Schrickel (1997, p. 11), descreve que.

Crédito é um conceito presente no dia-a-dia das pessoas e empresas mais do que possamos imaginar a princípio. Todos nós, tanto as pessoas, quanto as empresas, estamos continuamente às voltas com o dilema de uma equação simples: a constante combinação de nossos recursos finitos com o conjunto de nossas imaginações e necessidades infinitas – “existem mais maneiras de se gastar dinheiro, por exemplo, do que de ganha-lo” – ou seja, a procura por Crédito, para satisfazer ao elenco de necessidades, desde as mais elementares de sobrevivência, até as mais ousadas e imaginosas.

Complementando com Santos (2009, p.1), tem-se que “Crédito em finanças é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes”.

O crédito tem por finalidade principal, possibilitar que as pessoas, empresas, que não possuam recursos antecipados possam adquirir algo no presente com pagamento no futuro.

No crédito vêm-se todos os tipos de possibilidades, seja, atender a um capricho de um indivíduo ou na sua função mais ampla desenvolver a atividade econômica possibilitando o crescimento das empresas e o desenvolvimento econômico de um país.

Schrickel (1997, p. 11) explana.

Quando alguém nos pede algum objeto pessoal emprestado, e sem contar quando o pedido envolve, especificamente, dinheiro, todos nós, indistintamente, fazemos uma análise e decisão de crédito, mesmo que por poucos segundos, sem utilizar de qualquer critério tido como mais técnico ou intuitivamente. É mais certo que nos perguntaríamos: será que ele vai me devolver a coisa? Será que ele não vai quebrá-la? Posso confiar nele? Qualquer que seja, afinal, a decisão, este é um inequívoco processo de crédito, mesmo que simples e descomplicado.

Como disse Santos (2009, p. 1), “O crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de pagamento, e tempo, que se refere ao período fixado entre a aquisição e a liquidação da dívida”.

2.1 TIPOLOGIA: C’S DO CRÉDITO

Conceder crédito ou vender a prazo implica em assumir riscos, receber o valor em atraso ou principalmente mais importante não receber o valor emprestado, para que o crédito seja perpetuado, tem-se de conhecer muito bem o solicitante da operação, ou seja, o tomador de crédito, para conseguir-se este objetivo necessita-se de informações, corroborando com Silva (2008, p. 122), que relata que “A matéria prima para a decisão de crédito é a informação. A obtenção de informações confiáveis e o competente tratamento das mesmas constituem uma base sólida para uma decisão de crédito segura”.

Pensando neste contexto, para identificar os riscos envolvidos no processo de Concessão de Crédito utiliza-se de uma ferramenta denominada C’s do Crédito, através deste processo consegue-se ter e seguir um roteiro para a investigação da empresa pretendente do Crédito.

Existem vários estudos sobre os C’s do Crédito, este estudo utilizará as definições estabelecidas por Santos (2009, p. 30):

- Caráter – idoneidade no mercado de crédito.
- Capacidade – habilidade em converter investimentos em receita.
- Capital – situação financeira.
- Colateral – situação patrimonial
- Condições – impacto de fatores externos sobre a fonte geradora de receitas.

Dentro ainda dos conceitos de C’s do Crédito não se pode esquecer a apreciação do C do Crédito – Conglomerado, que segundo Silva (2008, p. 77).

Refere-se à análise não apenas de uma empresa específica que esteja pleiteando crédito, mas ao exame do conjunto, do conglomerado de empresas no qual a pleiteante do crédito esteja contida.

Analisando e buscando as informações sobre estes conceitos e roteiro a ser seguido, as informações necessárias para a análise e tomada de decisão na concessão de crédito, serão atendidas, podendo assim ser estabelecido uma conclusão sobre a operação mais assertiva, e o repamento será com certeza realizado, podendo novamente se conceder crédito.

I) C do Crédito – Caráter

O conhecimento da idoneidade do tomador de crédito, sua vontade de pagar a operação é estudada pela análise do Caráter dentre as definições de Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2010, p. 139), refere-se a “3. Qualidade inerente a uma pessoa, animal ou coisa. 4. Os traços psicológicos, as qualidades, o modo de ser, sentir, e agir de um indivíduo, um grupo, um povo. 6. Firmeza de atitudes”.

Dentro deste contexto pode-se relacionar com a intenção do tomador de pagar o empréstimo obtido, assim segundo Santos (2009, p. 30), “Está associado a idoneidade do cliente no mercado de crédito”.

Idoneidade, conforme definições de Ferreira (2010, p. 407), “1. Próprio ou adequado para alguma coisa”.

Deste modo Caráter pode ser relacionado com a intenção do devedor de pagar seus compromissos, seu estudo é aprofundado, pois não podemos simplesmente afirmar que a entidade tem caráter, mas sim que está idônea, sendo que a qualquer momento pode deixar de ser.

Para se determinar certo grau de idoneidade faz-se necessário uma análise histórica do tomador do crédito e seu comportamento no mercado de crédito.

Corroborando com Santos (2009, p. 30), “Para a análise desse critério, é indispensável que os credores disponham de informações históricas de seus clientes (internas e externas), que evidenciem intencionalidade e pontualidade na amortização de dívidas”, assim tem-se o cadastro.

A base de exame e indicação do caráter do tomador é o **cadastro**, modo que se organiza as informações de um determinado cliente, nele devem-se constar informações básicas como segue, tendo assim a Ficha Cadastral.

Segundo Blatt (1999, p. 78), o conceito de ficha cadastral é:

“Cadastro, ou ficha cadastral, é um conjunto de informações financeiras e não financeiras que subsidiam o processo decisório de crédito, auxiliando na avaliação da situação econômico-financeira, idoneidade e capacidade de pagamento do cliente ou devedor solidário de uma operação de crédito”.

Conforme discorre, Schrickel (1997, p. 49), em sua obra.

A ficha cadastral permite angariar informações sobre a identificação e qualificação do indivíduo (nome, endereço, registros, profissões, etc.) e sobre as experiências de outros credores em suas relações comerciais com o mesmo (pontualidade nos pagamentos, apontamentos e protestos, etc.).

Pensando assim eis alguns pontos a serem ponderados na ficha cadastral:

a) Identificação:

A identificação tem como objetivo levantar informações para o conhecimento de quem é a empresa para análise, neles deve constar:

- Nome completo da empresa analisada, bem como seu número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), junto à Receita Federal.
- Nome completo dos sócios acionistas, quotistas da empresa, bem como, seu respectivo número junto ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), também junto à Receita Federal.
- Endereços residenciais e comerciais.
- Experiência dos administradores no gerenciamento da entidade.

A importância destes itens advém de que neles ficam registrados todas as movimentações financeiras das entidades, seu histórico junto as instituições e mercados.

b) Pontualidade:

A pontualidade tem como função apresentar a condição de pagamento da empresa, qual o comportamento das quitações das obrigações da empresa, neste campo deve constar:

- A apresentação do histórico de pagamentos das operações junto à instituição concedente do crédito, assim como do mercado de atuação.
- Análise das restrições que são informações mantidas em arquivo de situações com a relação aos pagamentos de dívidas anteriormente contraídas, especialmente se foram pagas em atraso, ou ainda não pagas, situações estas que desabonam e limitam o tomador de crédito com relação a pedidos de novos empréstimos.

Para obter esta informação é muito importante ter um bom relacionamento com empresas do ramo comercial ou bancário em que o cliente opere, podendo assim obter e trocar informações do comportamento do mesmo junto a estas empresas.

Santos (2009, p. 34), em sua obra, classifica as seguintes categorias para identificação da idoneidade: sem restritivos, alertas, restritivos ou impeditivos.

Ainda Santos (2009, p. 34), descreve:

- a) Sem restritivos: não existem informações que desabonem o cliente no mercado de crédito;
- b) Alertas: apontamentos de natureza informativa e interna a área de crédito de cada credor, não impedem a concessão do crédito, mas exige uma análise criteriosa.
- c) Restritivos: indicam que as entidades possuem informações desabonadoras, representada por restritivos de atraso, renegociações e geralmente de prejuízos para os credores.
- d) Impeditivos: são registros de apontamentos que impedem as entidades em operar no mercado de crédito. Exemplos: bloqueio de

bens, impeditivos no Sistema Financeiro Habitacional, proibições legais, etc.

As informações acima são adquiridas em órgãos, entidades que acumulam e apresentam as mesmas ao mercado, dentre estes órgãos destaca-se:

- Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).
- Centralização dos Serviços de Bancos S.A. (SERASA).
- Cadastro de Inadimplentes da União (CADIM).
- Sistema de Informação do Banco Central (SISBACEN), principalmente as contidas no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR).

Completando o conceito de Caráter, utiliza-se a apreciação de Schrickel (1997, p. 50).

Em suma conhecer o Caráter de um potencial tomador de empréstimos é realmente conhecer este tomador na exata e não menor medida em que deva ser conhecido pelo emprestador. Isto porque é mais importante saber quem ele é do que o que ele faz..... O Caráter é o “C” insubstituível e nunca negligenciável. Se o Caráter for inaceitável, por certo todos os demais “C” também estarão potencialmente comprometidos eis que sua credibilidade será, também e por certo, questionável.

II) C do Crédito - Capacidade

O estudo da capacidade tem a ver com competência da empresa em gerir os seus negócios, enfrentar dificuldades, agir assertivamente no mercado de atuação.

Segundo Ferreira (2010, p. 136), a capacidade diz respeito há “2. Qualidade que pessoa ou coisa tem de satisfazer para determinado fim”.

Para se analisar a Capacidade o estudo dos seguintes pontos é importante analisar a estratégia empresarial.

Oliveira, et al (2014, p. 19), explica que estratégia no ambiente empresarial é uma forma de pensar no futuro, uma atividade que deve estar integrada no processo decisório das organizações e que envolve o profundo conhecimento do negócio e a verificação sistemática de tendências.

Ainda com Oliveira, et al (2014, p. 30), a estratégia empresarial é elaborada pelo planejamento estratégico que se entende “como o conjunto de objetivos, finalidades, metas, diretrizes fundamentais e planos para atingir esses objetivos, coordenado de forma a definir em que atividade se encontra a empresa, que tipo de empresa ela é ou deseja ser.”

Schricket (1997, p. 50), destaca que “Se o Caráter diz respeito à vontade de pagar, a Capacidade refere-se à habilidade de pagar”. Concluindo que “esta Capacidade é apreendida e desenvolvida pelo indivíduo através de seu processo de aculturação (conhecimentos gerais e técnicos-específicos) desde os tempos dos bancos escolares até sua profissionalização”.

A habilidade de pagar vem de como as empresas são administradas pelas pessoas que as conduzem, entender como estes dirigentes adquiriram seus conhecimentos é deveras importante, pois como diz Schrickel (1997, p. 51), “Até há alguns anos a Capacidade dos tomadores de crédito era menos crítica que nos dias atuais. Grande parcela das decisões dos emprestadores repousava na reputação familiar do tomador potencial”.

Parafraseando com Schrickel (1997, p. 51), a aceleração da industrialização provocou alteração significativa no cenário econômico. Assim ele diz “o sistema econômico ficou mais volátil à luz de seus desequilíbrios estruturais e do crônico processo inflacionário existente em nosso país”.

O texto acima se referia a 1997, mas trazendo aos dias de hoje tem-se uma economia problemática, as indústrias não estão crescendo, pelo contrário identifica-se queda no faturamento, custos aumentando, inadimplência, dificuldade para obtenção de crédito e vender a prazo.

A necessidade de se identificar a capacidade do tomador de crédito é indiscutível, saber se ele será capaz de transformar o empréstimo em resultado positivo para a empresa é primordial, assim atesta-se o repagamento.

Para se identificar a capacidade dos dirigentes da empresa solicitante do crédito, eis alguns itens que devem ser verificados:

- Tempo de experiência do tomador do empréstimo;
- Como adquiriu, desenvolveu a experiência profissional;

- Possui formação acadêmica, qual curso se formou, tem ligação com a empresa ou o processo administrativo.
- Há quanto tempo administra os negócios.

Assim trata Schrickel (1997, p. 51).

“...ganham cada vez mais importância a educação, o treinamento e a experiência prática dos indivíduos e, mais que isso, a habilidade de dosar adequadamente estes três componentes culturais com uma grande dose de maleabilidade e adaptação a novos cenários, característicos de um universo em constante mutação”.

Entendendo as características acima pode-se verificar se o indivíduo tem capacidade e competência para administrar os negócios, ou seja, se age de acordo com as necessidades exigidas pelo mercado, tem condições de superar as exigências impostas pela concorrência, se os colaboradores da empresa possuem qualificação para exercer seus cargos, de maneira que a empresa cresça e se fortaleça no ramo de atuação.

III) C do Crédito – Capital

Outro ponto importante no processo de análise de crédito é o entendimento do C do Crédito Capital, para tratar deste assunto utilizou-se das definições relatadas em Ferreira (2010, p. 136), tem-se que Capital é “1.Principal, fundamental. 3.Riqueza, bens ou valores acumulados”.

Trazendo o conceito para o contexto do crédito Blatt (1999, p. 44), em sua obra descreve que Capital “Diz respeito às condições dos negócios, do ramo de atividade ou do emprego do cliente. Trata-se da fonte de receita e renda do cliente, ou seja, quais as origens de seus recursos, sua frequência e consistência”.

Conforme define Silva (2008, p. 76).

“No estudo dos Cs do Crédito, o Capital refere-se à situação econômico-financeira da empresa, no que diz respeito a seus bens e recursos possuídos para saldar seus débitos. Portanto, o C Capital é medido mediante análise dos índices financeiros, tendo, evidentemente um significado muito mais amplo do que aquele que é dado à conta de capital na contabilidade”.

No caso das empresas (pessoas jurídicas) a análise do Capital tem como base os Demonstrativos Financeiros (DF) ou Balanço Patrimonial (BP), que são gerados pela Contabilidade.

Iudicibus, *et al* (2010, p. 01), conceitua contabilidade como.

“...ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc...”.

A Contabilidade fornece informações aos mais diferentes usuários, dentre eles tem-se, conforme relata Iudicibus, *et al* (2010):

- Sócios, acionistas e proprietários das empresas;
- Administradores, diretores e executivos da entidade;
- Bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro;
- Governos e economistas governamentais;
- Pessoas físicas.

O que mais interessa neste trabalho são os Bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro, que segundo Iudicibus, *et al* (2010 p. 02 e 04), discorre que são pessoas interessadas primariamente na rentabilidade, e segurança de seus investimentos, fato que para os emprestadores é a única finalidade, verificar a rentabilidade e a segurança do retorno dos investimentos.

Pelas informações geradas pela contabilidade os Bancos, capitalistas e emprestadores de dinheiro avaliam os fluxos financeiros das empresas analisadas, a capacidade de gerar resultado, o grau de endividamento, a liquidez de seus números, avaliando assim a saúde financeira dos futuros tomadores de recursos.

Pensando nas afirmações acima Iudicibus, *et al* (2010, p. 06), descreve.

“No que diz respeito aos usuários externos à entidade, credores e investidores principalmente, funciona como o grande elo de ligação entre essa entidade e tais interessados, levando-lhes informações sobre o estado do patrimônio e de suas mutações”.

Silva (2008, p. 157), discorre que “O balanço retrata a posição patrimonial da empresa em determinado momento, composta por bens, direitos e obrigações”.

Conceituando bens por Ferreira (2010, p. 100), tem-se “O que é de propriedade de alguém, posses”.

Portanto bens Segundo Barbosa (2004, p. 21), são “as coisas úteis que satisfazem as necessidades das pessoas físicas e/ou jurídica, e na maioria das vezes podem ser mensuradas monetariamente”.

Barbosa (2004, p. 22), qualifica os bens como corpóreos, constituídos de matérias palpáveis e visíveis, denominados de bens tangíveis: veículos, casa, máquinas, edifícios, dinheiro etc...

Também descreve como incorpóreos, desprovidos de matéria, não se podem ver, nem pegar, são os intangíveis: marcas, patentes, capital intelectual, etc...

Conceituando direitos por Ferreira (2010, p. 256), tem-se a 10. “Prerrogativa que alguém tem de exigir de outrem, em seu proveito, a prática ou a abstenção de algum ato”.

Barbosa (2004, p. 22), define que em contabilidade entende-se por direito o poder de exigir algo, geralmente representado por valor monetário. Exemplo, em uma venda a prazo, o vendedor tem o direito de receber o valor da venda em uma data futura.

Já as obrigações Ferreira (2010, p. 539), apresenta como 1. “Imposição moral, legal, etc. que impele alguém a uma ação”; 2. “Benefício ou favor recebido ou feito”; 3. “Dever, encargo a que se está sujeito”.

Assim Barbosa (2004, p. 23), refere-se como “...as dívidas da empresa para com terceiros, ou seja, quanto a empresa deverá pagar futuramente”.

Pensando graficamente como a Contabilidade apresenta as informações necessárias para que os usuários consigam usufruir das informações por ela gerada, Ludicibus, *et al* (2010, p. 01), descreve em seu livro.

“O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento, dentro de certas regras. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade”.

Para entender-se o conceito de Ativo buscou-se a obra de Iudicibus, *et al* (2010, p. 18), que conceitua Ativo como.

“...de forma muito simplificada, os bens e os direitos da entidade expressos em moeda; Caixa, Bancos (ambos constituem disponibilidades financeiras imediatas), Imóveis, Veículos, Equipamentos, Mercadorias, Contas a Receber de Clientes são alguns dos bens e direitos que uma empresa normalmente possui”.

Também se utiliza Iudicibus, *et al* (2010, p. 18), para conceituar o Passivo.

“...compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros: Contas a Pagar, Fornecedores, Salários a Pagar, Impostos a Pagar, Financiamentos a Pagar são algumas das obrigações assumidas normalmente por uma entidade”.

Necessita ainda compreender o conceito de Patrimônio Líquido, para isto foi utilizada a obra de Silva (2008, p. 171), que conceitua Patrimônio Líquido “O Patrimônio Líquido representa, no balanço patrimonial, a parte da empresa que pertence aos seus proprietários”. Pensando assim Iudicibus, *et al* (2010, p. 19), complementa que o Patrimônio Líquido é a diferença entre o valor do Ativo e do Passivo de uma entidade, em determinado momento.

Além do Balanço Patrimonial conta-se também com um demonstrativo importante denominado Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Cruz, *et al* (2009, p. 83), define DRE como: “É um demonstrativo contábil de caráter obrigatório que relaciona as contas de resultado, diminuindo as despesas das receitas. Chegando a um resultado final positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

Continuando ainda com Cruz, pode-se assimilar a DRE como um resumo entre as receitas e despesas da empresa durante o período de 12 meses, as despesas são subtraídas das receitas, obtendo assim o resultado final, se as receitas forem maiores que as despesas se obtém lucro, se as despesas forem maiores que as receitas se têm um prejuízo.

Depois de delineados estas explicações consegue-se um bom entendimento da Contabilidade que é a base das informações para se analisar a situação econômico-financeira das empresas, já para que isto ocorra utiliza-se de uma

ferramenta chamada de Análise dos Demonstrativos Financeiros ou Análise de Balanços.

Na sua obra Assaf Neto (2002, p. 48), define análise de balanços como.

“A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, à posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa”.

Para complementar o entendimento de análise de balanços e utiliza-se o conceito da obra de Santos (2009, p. 82).

“A análise das demonstrações financeiras é um procedimento indispensável na avaliação de riscos em concessão de financiamentos às empresas. Por meio desse mecanismo, os investidores levantam informações históricas sobre a capacidade de pagamento, endividamento, lucratividade e rentabilidade. Paralelamente, fazem projeções de fluxos de caixa com o objetivo de verificar se a empresa tem capacidade de cobrir empréstimos para financiar gastos com capital de giro e imobilizações”.

A próxima descrição refere-se a como se elabora uma análise de Balanços, Assaf Neto (2002, p. 54) descreve que.

“O raciocínio básico da análise de balanços desenvolve-se por meio de técnicas oriundas de diferentes áreas do saber (contabilidade, matemática e estatística, principalmente). Essas técnicas apresentam uso bastante generalizado e sofrem periodicamente um processo natural de aprimoramento e sofisticação”.

No descrever de sua obra Assaf Neto, descreve que as principais técnicas de análise de balanços são:

- Análise Horizontal;
- Análise Vertical;
- Indicadores Econômico-financeiros.

III.1) Análise Horizontal (AH)

Ainda com Assaf Neto (2002, p. 102), “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices...”.

Santos (2009, p. 113), relata que a análise horizontal consiste em calcular a variação das contas das demonstrações financeiras período a período.

Em outras palavras a análise horizontal demonstra o comportamento das contas contábeis no decorrer dos exercícios, quanto estas contas evoluíram ou involuíram no passar do tempo no exercício da atividade econômica pela empresa analisada.

Silva (2008, p. 187), traz a seguinte fórmula para calcular a análise horizontal:

$$AH \text{ em } 20Xn = (\text{rubrica em análise em } 20Xn / \text{rubrica em análise } 20X0) \times 100$$

Interpretando está fórmula chega-se a definição que 20Xn seria o período atual a ser comparado com 20X0 que seria o período anterior, multiplicando por 100 tem-se em percentual o crescimento se o resultado for positivo e involução se o percentual for negativo.

Exemplo:

Supondo que uma empresa faturou em 2014 R\$ 2.500.000,00 e no exercício seguinte 2015 faturou R\$ 3.500.000,00, aplicando a fórmula:

$$AH \text{ em } 2015 = ((R\$ 3.500.000,00) / (R\$ 2.500.000,00)) \times 100$$

O resultado apresentado é de 140%, ou seja, a empresa apresentou um crescimento no faturamento de 40%.

Caso sejam invertidos os valores, se em 2015 a empresa faturasse R\$ 2.500.000,00 e em 2014 R\$ 3.500.000,00, o resultado seria:

$$AH \text{ em } 2015 = ((R\$ 2.500.000,00) / (R\$ 3.500.000,00)) \times 100$$

Calculando o resultado é de 71,43%, ou seja, inferior a 100%, interpretando este indicador vê-se que a empresa perdeu aproximadamente 29% de seu faturamento.

Aplicando a fórmula para cada conta componente do Balanço Patrimonial, conseguir-se-á avaliar o comportamento de cada uma e de como a empresa movimentou seus números.

III.2) Análise Vertical (AV)

Assaf Neto (2002, p. 108), define que: “A análise vertical, é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo”.

Silva (2008, p. 182), discursa.

“Em cada ano, para calcularmos os percentuais da coluna da análise vertical (AV), dividimos o valor da rubrica que queremos calcular pelo valor base e multiplicamos por cem. O valor base no balanço patrimonial é o ativo e na demonstração do resultado é a receita líquida de vendas”.

$$AV = (\text{Rubrica} / \text{Base}) * 100$$

Hipoteticamente como exemplo pode-se ter que a empresa em 2015 apresentou nas contas a receber de clientes o montante de R\$ 680.000,00 e o total do ativo foi de R\$ 1.500.000,00. Aplicando a fórmula:

$$AV = (\text{R\$ } 680.000,00 / \text{R\$ } 1.500.000,00) * 100$$

O resultado obtido é 45,33%, ou seja, as contas a receber de clientes representam 45,33% do total do ativo.

Aplicando a fórmula em todas as contas componentes do ativo, passivo e demonstração de resultado do exercício, saber-se-á quanto cada conta representa do total e sua representatividade no processo de análise.

III.3) Indicadores Econômico-financeiros

Buscando conceituar indicadores econômico-financeiros, Silva (2008, p. 188), escreve “Os índices financeiros são relações entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras”.

Santos (2009, p. 56), em sua obra relata que a análise financeira “Compreende o levantamento e a análise da situação financeira da empresa baseando-se em informações extraídas do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados e da Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício”.

Continuando com Santos (2009, p. 56), “Essas informações são analisadas diretamente nas demonstrações financeiras e/ou após serem convertidas para os seguintes índices de desempenho:

FIGURA 1 - ÍNDICES DE DESEMPENHO

Índices	Conceito
- Liquidez	Capacidade de pagamento de dívidas com recursos financeiros disponíveis e contas a receber.
- Endividamento	Montante de dívidas ou passivos que financiam os investimentos.
- Imobilização	Montante de recursos financeiros permanentes (de longo prazo) que estão sendo investidos em ativos produtivos (máquinas, equipamentos, veículos, instalações etc.).
- Lucratividade	Margens de lucratividade obtidas no gerenciamento de atividade operacional.
- Cobertura	Capacidade de pagamento de dívidas com a geração de lucro e fluxo de caixa operacional.
- Rentabilidade	Margens de retorno obtidas sobre o investimento total e capital dos proprietários.

Fonte: Santos (2009, p. 56).

Dentro do contexto da análise de balanços existem inúmeros indicadores econômico-financeiros, como este trabalho não tem o foco na Análise dos Demonstrativos Contábeis, tratarão como base os destacados acima que já fornecem uma boa base da importância e necessidade de uma análise financeira.

Para conceituar os indicadores econômico-financeiros ter-se-á como foco a perspectiva de Santos (2009, p. 86 a 97).

a) Índices de Liquidez

São quatro os índices de liquidez, Santos (2009, p. 86), descreve que os índices de liquidez “Mostram a capacidade da empresa em gerar fundos para amortizar as despesas de curto e de longo prazo”, sendo eles: Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Imediata, Índice de Liquidez Seca e Índice de Liquidez Geral. Abaixo descrever-se-á na visão de Santos (2009, p. 86 e 87), o conceito de cada um deles.

Índices de liquidez Corrente (ILC), mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques. Ele é calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Imediata (ILI), mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras (Caixa + Aplicações Financeiras). Ele é calculado pela fórmula:

$$ILI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Seca (ILS), mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo com suas disponibilidades financeiras e contas a receber. Esse índice exclui o estoque, que é geralmente o Ativo Circulante menos líquido. Ele é calculado pela fórmula:

$$ILI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG), mensura a capacidade da empresa de pagar suas obrigações totais com seus ativos de curto e longo prazo. Ele é calculado pela fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para entender melhor o conceito de liquidez buscou-se na obra de Santos (2009, p. 87), o seguinte conceito que destaca “Os índices de liquidez somente contribuem para diagnosticar a efetiva situação financeira das empresas se:

- observado o descasamento entre os prazos de recebimento das duplicatas a receber e de pagamento das dívidas circulantes;
- os estoques incluídos no Ativo Circulante referirem-se a produtos acabados e de rápida conversão em caixa;
- analisada a qualidade das decisões de crédito através do índice de liquidez das duplicatas e as perdas históricas com devedores duvidosos;
- verificado quais são as taxas de juros embutidas nas contas a pagar aos fornecedores e nos empréstimos bancários.”

A interpretação dos índices de liquidez dá-se de seguinte maneira, os resultados acima de R\$ 1,00 representam que a empresa tem condições de honrar suas obrigações, pois se o resultado for R\$ 1,50 quer dizer que para cada um real de dívida a empresa possui R\$ 1,50 no ativo, ou seja, sobra R\$ 0,50 na quitação de seus compromissos; se o resultado for abaixo de R\$ 1,00, ou seja, como exemplo R\$ 0,90, quer dizer que para cada R\$ 1,00 de obrigações a empresa possui apenas no ativo R\$ 0,90, faltando R\$ 0,10 para pagar suas dívidas.

Para a interpretação acima ser correta tende de se observar bem as condições descritas acima por Santos.

b) Índices de Endividamento

Mostram a proporção total de ativos financiados por dívidas ou capital de terceiros (passivos). Os principais índices de endividamento são o Índice de Endividamento Total (IET), o Índice de Alavancagem (IA) e o Índice de Endividamento Bancário no Curto Prazo (IEBCP).

Índices de Endividamento Total (IET), mostra a dependência de recursos de terceiros no financiamento dos ativos. Ele é calculado pela fórmula:

$$\text{IET} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$$

Índices de Alavancagem (IA), mostra a proporção entre dívidas e capital dos proprietários no financiamento dos ativos. Ele é calculado pela fórmula:

$$IA = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Índices de Endividamento Bancário de Curto Prazo (IEBCP), mostra quanto os empréstimos bancários representam percentualmente do total das dívidas de curto prazo. Ele é calculado pela fórmula:

$$IEBCP = \frac{\text{Empréstimos Bancários de Curto Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A interpretação destes indicadores dá-se no sentido que no endividamento total o resultado obtido mostra quanto corresponde a terceiros o capital investido pela empresa no ativo; o índice de alavancagem demonstra quanto do capital próprio está comprometido com capitais de terceiros e o endividamento bancário de curto prazo evidencia quanto das dívidas contraídas no curto prazo referem-se a empréstimos bancários.

Salientando que os empréstimos bancários devem ser analisados profundamente, pois são onerosos para as empresas e se usados erroneamente podem comprometer toda a saúde financeira da mesma.

c) Índice de Imobilização (II)

O índice de imobilização, expressa quanto dos recursos não correntes (de longo prazo) está aplicado em imobilizações, ou seja, em máquinas, equipamentos, veículos e instalações. Ele é calculado pela fórmula:

$$II = \frac{\text{Ativo Imobilizado Bruto} - \text{Depreciação Acumulada}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Empréstimos Bancários de Longo Prazo}}$$

O índice de imobilização somente é considerado satisfatório quando constatado que investimentos em ativos imobilizados estão gerando contrapartida de aumento de faturamento e fluxos líquidos de caixa, durante e após o período de recuperação do capital investido (payback).

A interpretação deste indicador consiste em que para cada R\$ 1,00 de recursos não correntes, X valor está investido em imobilizações.

d) Índice de Lucratividade

Os índices de lucratividade têm como base a demonstração de resultados do exercício, são analisados os resultados obtidos pela empresa (lucro ou prejuízo) com base na receita líquida.

Segundo Santos, mostram a capacidade da empresa em gerar lucro em sua atividade operacional.

As principais margens de lucratividade são a Margem de lucratividade Operacional (MLO) e a Margem de Lucratividade Líquida (MLL).

Margem de lucratividade Operacional (MLO), mostra se a empresa foi eficiente no período, gerando lucro em sua atividade operacional. Ela é calculada pela fórmula:

$$MLO = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

Margem de lucratividade Líquida (MLL), mostra se a empresa foi eficiente no período, gerando lucro em sua atividade operacional e após o pagamento do Imposto de Renda e dividendos. Ela é calculada pela fórmula:

$$MLL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

A situação da empresa sempre será favorável quando constatado aumento na receita líquida de vendas e nas margens de lucratividade (operacional e líquida).

Não se pode esquecer que a empresa além de lucro pode apresentar prejuízo operacional de líquido, assim se o lucro gera rentabilidade, o prejuízo mostra quanto a empresa perdeu da receita líquida de vendas em função do prejuízo apresentado.

e) Índice de Cobertura

O Índice de Cobertura de Juros com o Lucro Operacional (ICJ), mostra a capacidade da empresa em gerar lucro operacional para cobrir as despesas financeiras (juros) geradas em empréstimos bancários, e é calculado pela fórmula:

$$ICJ = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Despesas Financeiras}}$$

A interpretação deste indicador consiste em analisar se o lucro operacional é capaz de cobrir as despesas financeiras e seu resultado representa quantas vezes o lucro operacional suporta os juros.

f) Índice de Rentabilidade

O indicador de rentabilidade mostra o resultado obtido sobre o investimento realizado pelos supridores de capital. Os principais índices de rentabilidade são o Retorno sobre o Investimento (ROI) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL).

Retorno sobre o Investimento (ROI), mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros com seus ativos. Ele é calculado pela fórmula:

$$ROI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL), mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros sobre o investimento realizado pelos proprietários. Ele é calculado pela fórmula:

$$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

A interpretação destes indicadores dar-se-á pelo fato de que se a empresa gerou lucro, quanto deste lucro propiciou de crescimento ao ativo, bem como, de retorno ao patrimônio líquido, outra vez não se pode esquecer de que se a empresa apresentou prejuízo líquido este indicador reflete quanto dos ativos ou do patrimônio líquido foram perdidos para cobrir este prejuízo.

III.4) Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício

Esta ferramenta de crédito tem como fato gerador as demonstrações financeiras, onde por meio de uma análise criteriosa pode-se visualizar as entradas e saídas de caixa de uma empresa. Instrumento importante para se identificar como a empresa financia seus déficits de caixa e como aplica seus superávits.

Segundo Silva (2008, p. 245).

“O fluxo de caixa (cash flow) é considerado por muitos analistas como um dos principais instrumentos de análise, propiciando-lhes identificar o processo de circulação do dinheiro por meio da variação das disponibilidades mais as aplicações financeiras.”

Continuando com Silva, a expressão fluxo de caixa envolve os pagamentos e os recebimentos em geral, examina a origem e aplicação do dinheiro que transitou pela empresa.

Santos (2009, p. 101), em sua obra define fluxo de caixa “Trata-se da demonstração que mostra os fluxos de caixa da atividade operacional, dos investimentos e dos financiamentos realizados pela empresa, ao longo do período”.

Este demonstrativo passou a ser obrigatório para as empresas de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), obrigatoriedade que vigora desde 01/01/2008, em função da Lei 11.638/2007.

Dentro do contexto da Lei algumas empresas não elaboram tal demonstrativo, pois não se enquadram nos itens acima, assim o analista tem de aplicar uma técnica elaborando o cálculo do mesmo, tendo como base os dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício.

Visando entender o funcionamento deste importante componente da Análise de Crédito utilizar-se-á como exemplo a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício fornecida por Santos (2009, p. 102).

FIGURA 2 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO

A.	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
	Resultado Líquido do Exercício
	Depreciação
	Variação das Duplicatas a Receber
	Variação dos Estoques e de outros Ativos Circulantes Operacionais
	Variação de fornecedores
	Variação de Salários
	Variação de Impostos e Contribuições
	Variação de Outros Passivos Circulantes Operacionais
B.	Fluxo de Caixa dos Investimentos
	Variação do Ativo Imobilizado Bruto
	Variação do Ativo Diferido
	Variação de Investimentos em Ações de Outras Empresas
	Variação de Outras contas de Investimento
C.	Fluxo de Caixa dos Financiamentos
	Variação de Empréstimos Bancários (curto e longo prazo)
	Variação do Capital Social e Reservas
	Valor dos Dividendos (pagos ou recebidos) no Período
D.	Fluxo de Caixa do Período (A+B+C)
E.	Fluxo de Caixa (valor das disponibilidades) no início do exercício
F.	Fluxo de Caixa (valor das disponibilidades) no Final do Exercício (D+E)

Fonte: Santos (2009, p. 102)

A variação das contas (VC) dá-se pela seguinte linha de raciocínio, pensando em dois exercícios contábeis onde se denomina o mais recente de atual e o a ser comparado como ano anterior, tem-se assim o método de cálculo:

$$VC = (\text{exercício atual} - \text{exercício anterior})$$

O resultado obtido é transposto para o modelo acima apresentando assim as variações do fluxo de caixa, que devem ser devidamente interpretadas e resumidas em um comentário apresentando a movimentação do caixa da empresa.

Dentro deste contexto busca-se entender assim o funcionamento das necessidades financeiras da empresa, seus déficits seus superávits, se sua atividade operacional gera resultados positivos ou negativos, como a empresa supriu suas necessidades de caixa ou aplica suas sobras.

IV) C do Crédito – Colateral

No andamento do processo de análise de crédito busca-se mitigar os riscos existentes com a busca de elementos do ativo (bens) ou da pessoa física do sócio que possam ser dados em garantia na operação de crédito, assim Schrickel (1997, p. 55), em sua obra descreve que “O Colateral, tradução do termo inglês de idêntica grafia, significa a garantia. O colateral deve ser necessariamente algo tangível”.

O colateral tem a ver com a capacidade do cliente em oferecer garantias complementares, trata da análise do patrimônio agregado aos sócios. Pressupõe-se que uma empresa com vários anos de atividade gerou lucro suficiente para que sejam reinvestido ou adquirido patrimônios, bem como, distribuído aos sócios e estes aumentado seus bens.

O C do Crédito Colateral serve para contrabalançar e atenuar eventuais impactos negativos decorrentes do enfraquecimento de um dos três elementos: Capacidade, Capital e Condições.

Silva (2008, p. 328), descreve que o C do Crédito.

“Colateral se refere à capacidade do cliente em oferecer garantias complementares. A garantia é uma espécie de segurança adicional e, em alguns casos, a concessão de crédito precisará dela para compensar as fraquezas decorrentes dos outros fatores de risco”.

Empresas com boa situação econômico-financeira e consequentemente boa análise de crédito, podem não querer oferecer garantias em operações de curto prazo, todavia deve-se pensar no futuro e estabelecer avaliações para se pedir ou não garantias adicionais, porém quando se pensa no longo prazo, ou seja, operações onde o tempo de maturidade e pagamento é maior, uma garantia deve ser solicitada, pois o futuro é incerto.

Silva (2008, p. 328), destaca que alguns fatores relevantes devem ser levados em conta para a definição da garantia:

- a) O risco representado pela empresa e pela operação;
- b) A praticidade em sua constituição;
- c) Os custos incorridos para sua constituição;
- d) O valor da garantia em relação ao valor da dívida, isto é, deve ser suficiente para cobrir o principal, encargos e despesas eventuais;
- e) A depreciabilidade do bem objeto da garantia;
- f) O controle do credor sobre a própria garantia; e
- g) A liquidez, ou seja, a facilidade com que a garantia pode ser convertida em dinheiro para liquidar a dívida.

Avaliado todos os fatores se estabelece a viabilidade da constituição da garantia acessória a operação de crédito a ser realizada.

Um ponto importantíssimo a ser considerado no processo como um todo, é de que a garantia nunca deve ser tida como parte fundamental para a concessão do crédito, ela é como já se disse acessória, segurança adicional, assim o crédito nunca será liberado em função única e exclusiva da garantia.

V) C do Crédito - Condições

A análise do C do Crédito Condições tem a ver com o meio onde a empresa está inserida, a que situação está diretamente ligada como disse Santos (2009, p. 32) à sensibilidade da capacidade de pagamento dos clientes à ocorrência de fatores externos adversos ou sistemáticos.

A empresa tem de lidar com os fatores externos, buscando superá-los, tem-se como exemplos o aumento da inflação, a taxa de juros, a variação cambial, entre outros, bem como outro ponto a ser avaliado é o impacto das dificuldades financeiras de outros países em sua atividade, no mundo globalizado que se tem a economia está mundialmente ligada assim sendo crises externas podem afetar a econômica local tendo a empresa que se adaptar e mudar suas estratégias rapidamente evitando perder dinheiro e mercado.

Blatt (1999, p. 46), retrata que.

“As condições fazem menção aos aspectos gerais e conjunturais dos negócios, ramo de atividade e até mesmo do emprego do cliente. Interessam para tal avaliação o conhecimento dos concorrentes, a conjuntura econômica e política do país, do setor e da região, segmento de atividade, qualidade dos produtos e serviços, retrospectiva histórica e perspectivas futuras”.

Para se entender o C do Crédito Condições, alguns aspectos devem ser destacados, analisados e ponderados isoladamente e em conjunto, buscando assim interação dos fatos e pleno entendimento da empresa no meio em que está inserida. Destaque para alguns aspectos importantes:

- a. Informações sobre o mercado e os produtos;
- b. O ambiente macroeconômico e setorial;
- c. O ambiente competitivo; e
- d. Dependência do governo.

VI) C do Crédito - Conglomerado

Alguns autores descrevem sobre 5 C's do Crédito, mas no processo de crédito tem de ser investigado se a empresa participa de algum grupo econômico, ou seja, tem participações em outras empresas ou outras empresas participam de seu quadro acionário, assim Silva (2009, p. 77), em sua obra relata que o C do Crédito Conglomerado “se refere à análise não apenas de uma empresa específica que esteja pleiteando crédito, mas ao exame do conjunto, do conglomerado de empresas no qual a pleiteante de crédito esteja contida”.

A análise do conjunto de empresas em que a solicitante de crédito está inserida é necessária visto que o entendimento do grupo refletirá a situação total do grupo como se fosse uma empresa só, Silva (2009, p.77), reforça que “A tomada de recursos no mercado financeiro, por uma empresa, e o repasse interno desses recursos para outras empresas do grupo pode ser uma prática que acarretará perigo para os credores”.

Assim, entendendo econômico financeiramente cada empresa do grupo reduz-se a possibilidade de perder dinheiro, caso uma ou mais empresas tenham problemas graves; e empresta-se com mais segurança caso as demais empresas apresentem boas condições financeiras e de liquidez que respaldem a pleiteante do crédito.

2.2 RISCOS

Pode-se considerar Risco a possibilidade de perigo, incerto mais que pode ser medido, segundo Blatt (1999, p. 54), “Risco de Crédito, consequentemente, é definido como a possibilidade de que aquele que concedeu o crédito não o receba do devedor na época e/ou nas condições combinadas”.

Dentre os riscos envolvidos no processo de análise de crédito pode-se dividir os Riscos em Internos e Riscos Externos.

Riscos Internos definido por Santos (2009, p. 61), expressa que “por fatores internos de risco entende-se aqueles voltados à falta de experiência, a incompetência e a desonestidade dos administradores no gerenciamento da atividade operacional da empresa”.

Pensado assim, a avaliação dos riscos internos, consiste em verificar os eventos que afetam as empresas e que unicamente gerenciados e controlados pela administração da mesma, estão relacionados à capacidade administrativa dos dirigentes da empresa, suas experiências profissionais, seus entendimentos sobre a atividade da empresa, conhecimento dos funcionários no exercício de suas atividades laborais enfim, tudo que se refere ao ambiente interno da empresa.

No que se refere a Riscos Externos, Santos (2009, p. 62), se manifesta que. “entende-se por fatores externos de risco os eventos não controláveis por uma empresa, os quais afetam toda a conjuntura econômica”. Têm-se como exemplos: alterações nas taxas de juros, câmbio e impostos praticados pelo governo, mudanças de políticas governamentais com relação à disponibilidade do crédito pelos bancos, escassez de matéria-prima, pressão de concorrentes, etc.

Dentro deste fator para analisar os riscos externos, a avaliação incidirá sobre o ambiente, ou seja, o mercado que cerca a empresa, a influência do Governo no processo, concorrentes, sabendo que não podem ser controlados, pela administração da empresa, a análise da agilidade e flexibilidade que a entidade tem para se adaptar e reagir a eles é de suma importância para entender a empresa analisada.

2.3 CONCESSÃO DE CRÉDITO

A análise de crédito é composta de etapas, sendo que cada etapa é de suma importância para a concretização do entendimento sobre a saúde financeira da empresa analisada, bem como para se tecer um parecer conclusivo de recomendação ou não para a concessão de crédito.

Dentro deste contexto busca-se na obra de Santos (2009, prefácio), que.

A análise detalhada do risco de crédito é tarefa indispensável para a seleção de clientes que, efetivamente, apresentem capacidade de pagamento pontual de suas dívidas. Para isso, exige-se que os analistas de crédito tenham conhecimento das principais técnicas de avaliação de risco e utilizem o bom-senso nas tomadas de decisões em financiamentos de curto e longo prazo para Empresas, Pessoas Físicas, Agronegócio e Pecuária.

Ainda com Santos (2009, p. 29), complementa-se que “o principal objetivo de análise de crédito é o de averiguar se o cliente possui idoneidade e capacidade financeira para amortizar a dívida”.

Corroborando com Blatt (1999, p. 27), ...”crédito” pressupõe crença, confiança, segurança na verdade de alguma coisa, fé de um indivíduo em relação a

outro, esperança de que alguém cumpra obrigações ou compromissos perante outro.

Ainda com Blatt (1999, p. 28), que expressa “A análise de crédito consiste em um estudo da situação global de um devedor em perspectiva, visando à elaboração de um parecer que retrate, de forma clara e objetiva, o desempenho econômico-financeiro do mesmo”.

Pensando que crédito está relacionado com confiabilidade, capacidade de pagamento, tem-se que pensar como avaliar as informações, que informações são necessárias para se entender o devedor, temos a visão de Santos (2009, p. 29), “Para realizar a análise de crédito, as empresas recorrem ao uso de duas técnicas: a técnica subjetiva baseada no julgamento humano e a técnica objetiva baseada em procedimentos estatísticos”.

A análise de crédito pela técnica subjetiva Santos (2009, p. 29), descreve que.

“O processo de análise subjetiva envolve decisões individuais quanto à concessão ou recusa do crédito. Neste processo a decisão baseia-se na experiência adquirida, disponibilidade de informações e sensibilidade de cada analista quanto ao risco do negócio”.

Para uma análise de crédito bem-sucedida a experiência do profissional conta muito quanto mais experiente melhor interpretará as informações obtidas tomando decisões mais próximas da realidade da analisada bem como reduzindo riscos inerentes ao processo de crédito.

Parafraseando com Santos (2009, p. 29), e Gitman (1997), que relata um dos insumos básicos à decisão final de crédito é o julgamento subjetivo que o analista financeiro faz para determinar se é válido ou não assumir riscos. Pensando ainda como Gitman a experiência que o analista adquiriu acompanhada da disponibilidade de informações (internas e externas) sobre o caráter do cliente são requisitos fundamentais para a análise subjetiva do risco de crédito.

Para Silva (2008, p. 122), “A matéria-prima para a decisão de crédito é a informação. A obtenção de informações confiáveis e o competente tratamento das mesmas constituem uma base sólida para uma decisão de crédito segura”.

No contexto estudado neste trabalho tem-se que a análise de crédito consiste em:

- Como aplicar técnicas para “perceber” a saúde financeira do cliente.
- Como analisar a capacidade de pagamento da empresa.
- Quais os fundamentos importantes para se tomar uma decisão.
- Usar corretamente as ferramentas de análise.
- Tomar decisões estruturadas e administrar a concessão de crédito.
- Identificar e viabilizar oportunidades de negócio.
- Minimizar os riscos apresentados pelas empresas.

Nos próximos capítulos serão relatados os pontos envolvidos no processo de análise de crédito, a busca de informações, como apresentar estas informações e demonstrar uma proposta de relatório de crédito para pessoa jurídica.

3. RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA EMPRESAS

Para entender-se melhor o processo descrito neste trabalho como primeiro passo busca-se conceituar relatório e na sequência conceituar relatório de crédito, entende assim a necessidade da elaboração de um conciso Relatório de Crédito para Pessoas Jurídicas.

Uma das definições para relatório buscou-se na obra de Blatt (1999, p. 172) que conceitua como: “uma consolidação do progresso de análise de crédito, ou seja, os comentários a respeito da situação global de determinado cliente sob a forma de redação”.

Entendendo mais ainda e complementando tem-se conforme consulta realizada ao site Dicionário Online de Português Dicio (2015), e segundo o mesmo relatório é.

Texto que contém uma descrição detalhada dos aspectos importantes, eventos ou ações de alguma coisa: relatório de projeto. “Exposição com as conclusões observadas pelos integrantes de uma comissão que avalia uma pesquisa, um projeto ou problema”. “Opinião especializada através da qual uma pessoa descreve o fundamental de sua atividade profissional: relatório de atividades”. “Jurídico - Documento que contém o que foi decidido e debatido durante o processo”.

Finalizando pode-se dizer que um relatório é um compilado de informações que apresenta quais dados são necessárias para se apresentar algo e assim formar uma opinião precisa sobre determinado assunto.

Para elaboração de um relatório de crédito, necessita-se de um documento que contenha as informações mais importantes sobre o tomador de crédito, seu negócio, sua experiência, o conhecimento da capacidade da administração da empresa em tomar decisões sobre os rumos a seguir em situações difíceis, sendo está à proposta deste trabalho.

Legalmente não existem modelos para elaboração de um relatório de crédito sabe-se que as instituições financeiras que concedem crédito no mercado devem seguir as regras imputadas pelo Banco Central, no que tange ao funcionamento do Mercado de Crédito, sabe-se que conforme informação do próprio site.

O Banco Central foi criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964, é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

E tem entre as principais atribuições a condução das políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior; a regulação e a supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a administração do sistema de pagamentos e do meio circulante.

O Banco Central do Brasil atua também como Secretaria-Executiva do Conselho Monetário Nacional (CMN) e torna públicas as Resoluções do CMN.

Assim sendo as instituições atuantes no mercado financeiro e de crédito tem de ter normas e regras que atendam as determinações do Banco Central.

Para que o sistema financeiro funcione corretamente, os bancos para emprestar recursos financeiros às empresas e pessoas solicitantes têm de estabelecer uma política de crédito consistente, que avalie completamente estas entidades tomadoras de crédito. Pensando nesta complexidade um Relatório de Crédito deve conter de forma ordenada e progressiva:

As informações destacadas nos C's do Crédito, pois se os mesmos são um roteiro para ajudar no entendimento da empresa como um todo, seu mercado de atuação, sua situação econômico-financeira, sua administração, características especiais, garantais, capacidade de pagamento, etc...

As avaliações dos riscos que envolvem os diversos segmentos de atuações das empresas.

Para descrever o que um relatório deve conter, buscou-se na obra de Blatt (1999, p. 183), a definição que.

“Um bom relatório auxilia, do começo ao fim, no processo de gerenciamento de riscos nos negócios, iniciando por uma cuidadosa avaliação dos atuais e futuros clientes, até o plano na recuperação de possíveis contas em atraso. Os relatórios se posicionam em diferentes níveis de conteúdo das informações, adequando-se às necessidades específicas do credor, de acordo com o nível de risco de cada negócio”.

Para exemplificar alguns elementos que devem estar contidos em um relatório de crédito, manteve-se na obra de Blatt (1999, p. 172), que sugere de forma abrangente que algumas informações devem constar em um Relatório de Crédito, sendo elas:

- Administração e controle acionário;
- Alterações, aspectos qualitativos, opinião pessoal do analista de crédito sobre a capacidade gerencial, identificação do poder decisório/estratégico, etc.;
- Mercado, concorrência, produtos e clientes;
- Posição competitiva, novos concorrentes, produtos alternativos, composição da carteira de clientes, “mix” de produção, etc.;
- Insumos e fornecedores;
- Concentração, necessidades de importação, etc.;
- Crédito e riscos;
- Vendas mês a mês, sazonalidade, retorno, lucratividade, nível de endividamento, estratégia financeira atual (captação, aplicação e serviços), ciclo operacional, geração de caixa projetada, posição do contas a receber, estoques, riscos-chaves e seu gerenciamento, etc.;
- Investimentos, projetos e perspectivas;
- Cronograma físico e financeiro;
- Relacionamento e negócios;
- Opinião informal do mercado (outros credores, fornecedores, clientes, concorrentes), experiência interna, avaliação do relacionamento, perspectivas de novos negócios, etc.;
- Acompanhamento e providencias;
- Determinar novo contato e providencias, de acordo com a necessidade de acompanhamento, seja de crédito ou de negócios.

Estas como mencionadas anteriormente são algumas das informações necessárias, para o entendimento e conhecimento do cliente, deve-se considerar também que existem diversas empresas dos mais diferentes segmentos de atuação, assim não se pode esquecer-se de detalhar a peculiaridade de cada cliente, seja ele uma revenda de veículos, uma construtora, uma incorporadora, uma empresa de transporte de cargas ou passageiros, um supermercado, um atacadista de alimentos, uma loja de roupas, um empresa agropecuária, indústrias, comércios e prestadores de serviços, devem ser avaliados com detalhes e aprofundamento buscando reunir o maior número de informações para auxiliar a tomada de decisão da concessão ou não do crédito.

4. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOAS JURÍDICAS DIRECIONADO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE

As finanças, a economia, enfim, o mundo está em constante mutação, situações adversas levam pessoas, empresas a mudarem seus rumos pessoais e financeiros. As situações econômicas mundiais levam as entidades a reverem seus conceitos, sobre empréstimos, créditos, necessidades financeiras.

O estudo demonstra que para ter mais assertividade nas decisões que serão tomadas é importante conhecer o cliente tomador de crédito, avaliando amplamente seu contexto, empresarial, financeiro, mercadológico, passado (como se comportou), presente (como chegou à posição atual) e futuro (o que se pode esperar).

4.1 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO TRABALHO

A proposta deste trabalho tem como sugerir um modelo de Relatório de Análise de Crédito para Pessoas Jurídicas direcionado a Instituições Financeiras de Médio e Pequeno Porte, contextualizando as informações mínimas necessárias, para o direcionamento de uma decisão de crédito mais assertiva, embasada nas situações diagnosticadas, analisadas, interpretadas e esclarecidas.

A base do processo advém de obras de autores especialistas no assunto, contempladas em um instrumento (Relatório) que descreva os itens necessários para um entendimento assertivo para a tomada de decisão na concessão de crédito.

4.2 PROPOSTA DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A aprovação ou não do crédito deve ser realizada em conjunto com níveis superiores de hierarquia, assim apresenta-se a proposta com a indicação de parecer do item anterior e discute-se o crédito com indivíduos mais sêniores da organização, pois assim analisa-se de uma forma mais criteriosa o pedido de crédito, nunca esquecendo que o mesmo é fonte de receita para a instituição e que seu repagamento é imprescindível.

Como relata Silva (2008, p. 87).

A principal fonte de receita de um banco deve ser a intermediação financeira. Adicionalmente, todos os bancos precisam e devem fazer empréstimos. Isto exige que cada banco esteja estruturado para decidir com rapidez e segurança, uma vez que as decisões de crédito envolvem o risco de que a promessa de pagamento não seja cumprida.

Para que a rapidez e segurança na concessão de crédito seja atingida, continuamos com a explanação de Silva (2008, p. 87), cabe a cada banco.

Criar uma estrutura capaz de responder com rapidez às solicitações de empréstimos e financiamentos dos clientes é uma condição fundamental para a competitividade. A alçada de decisão é uma forma de delegação de poder.

Para delegação de poder a alçada pode ser individual, conjunta e colegiada, cada uma com suas peculiaridades e responsabilidades, continuando com Silva (2008, p. 87), conceituamos os tipos de alçada.

A alçada individual é aquela atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na organização. Pode compreender desde a alçada de um gerente de uma agência bancária até a alçada do presidente do banco.

A alçada conjunta ocorre quando duas ou mais pessoas podem assinar conjuntamente. Pode ocorrer de cada uma delas ter uma alçada individual e, à medida que forem sendo acrescentadas mais assinaturas, vá aumentando o poder de aprovação.

A alçada colegiada é típica dos chamados Comitês de Crédito. Nessa categoria pode haver desde comitês de agências bancárias, formados pelos gerentes, passando por comitês formados por membros das áreas técnicas de crédito, com ou sem participação das áreas comerciais, até ao comitê máximo do qual pode participar até o presidente do banco.

Como sugestão do trabalho cada instituição deve estabelecer os critérios de delegação de alçadas, para agilizar o processo de crédito. Não cabe a este trabalho informar valores ou condições para tal realização, mas fica o comentário de que dependendo dos valores, garantias e prazos envolvidos, devem ser incorporados ao processo decisório, componentes de cada alçada designada.

Para valores mais expressivos que necessitem de maior conhecimento técnico sugere-se a Alçada Colegiada, pois nesta estão envolvidas pessoas capacitadas e com perfil de conhecimento para tal análise e decisão em conjunta, mitigando assim os riscos e responsabilidades.

Neste campo deve ser informado uma apresentação breve da empresa, os dados da operação, garantias da operação, a recomendação da alçada competente e o encaminhamento para Decisão do Comitê de Crédito, que será imputado no relatório após a tomada de decisão.

4.3 PROPOSTA DOS ELEMENTOS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

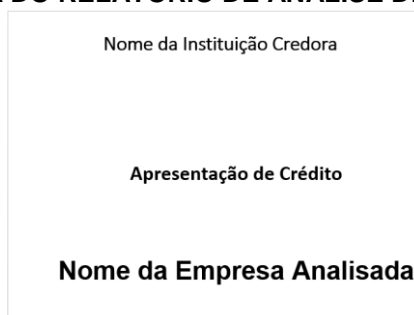
Dentro das especificações explanadas ao longo deste trabalho, sugere-se a seguinte sequência para montagem de um Relatório de Proposta de Crédito para Pessoas Jurídicas:

- Existem diversos instrumentos no mercado de softwares, a proposta do trabalho tem como modelagem a utilização do Power Point como ferramenta de registro, acumulo e apresentação das informações pertinentes à análise de crédito.
- A apresentação terá como layout o critério estabelecido pela instituição em que será realizada a análise de crédito.
- No exemplo não utilizar-se-á plano de fundo, sendo o slide branco.

a) Capa

A capa da apresentação deverá constar o nome da empresa que está analisando o crédito, o subtítulo Apresentação de Crédito e o Nome da Empresa ou Grupo Econômico que está sendo avaliado.

FIGURA 3 - CAPA DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO



Fonte: Autor (2015)

b) Proposta de Crédito e Posição do Risco

Dentro deste campo devem ser discriminados dados da empresa, condições de como cliente, perfil da empresa (médio ou grande porte), dados do risco atual e proposto, sendo assim, distribuído as informações:

- Empresa: o nome completo da empresa;
- Cliente desde: dia/mês/ano ou a informação de que se trata de um cliente novo (*prospect*);
- Perfil: qual segmento está inserido, ou seja, pequena, média (Middle), ou grande empresa (Corporate);
- Risco Atual: se cliente antigo com operações vigentes, apresentar o tipo de operação, o saldo na concessão do risco, o saldo devedor, as garantias que estão sendo utilizadas, o vencimento da operação e a taxa de juros aplicada na operação;
- Risco Proposto (número proposta): reforçar as operações vigentes e realçar o risco novo solicitado;
- Avalista: nome completo e número CPF;
- Garantia Real: descrever bem ofertado, valor de mercado, valor venda forçada, em nome de quem está;
- Garantia de duplicatas: apresentar a performance das mesmas, liquidez últimos 90 / 180 dias, se em concentração de sacados, se sacados confirmam as duplicatas;
- Finalidade da Operação: descrever a destinação da operação na empresa pleiteante do crédito;
- Racional dos Termos Propostos: explicar se existem motivos especiais para a concessão / aprovação do crédito.

FIGURA 4 - PROPOSTA DE CRÉDITO / POSIÇÃO DE RISCO

Proposta de Crédito / Posição de Risco
• Empresa:
• Cliente desde:
• Perfil:
• Risco Atual:
• Risco Proposto (Nr. Proposta):
• Garantia:
• Finalidade da operação:
• Racional dos termos propostos:

Fonte: Autor (2015)

c) Descrição da Empresa

Neste campo devem ser detalhados dados sobre a empresa visa conhecer seu tempo de existência, localização, segmento de atuação, quais produtos fabrica vende, quais insumos são utilizados, entre outros; sendo as informações assim distribuídas:

- Empresa: nome completo da empresa;
- Fundação: data de fundação;
- Sede: localização da empresa, se as instalações são próprias ou alugadas, se alugadas de sócios (detalhar de quem), se alugada de terceiros, valor mensal do aluguel;
- Segmento de Atuação: neste campo informar se a empresa é do segmento comercial, industrial ou prestador de serviços, especificando qual ramo de atividade a empresa está inserida, agregar as perspectivas de mercado;
- Produtos: informar quais produtos são produzidos / comercializados, composição do faturamento por produto, identificando assim quais são mais representativos para a empresa;
- Insumos Utilizados: informar quais são as matérias primas utilizadas pela empresa, quais suas mercadorias principais;
- Fornecedores: informar os principais fornecedores da empresa com a respectivamente participação nas compras, explorar se existe concentração nas compras de fornecedores específicos, qual a porcentagem de concentração, quais os possíveis problemas a serem enfrentados, existem outros fornecedores, qual o custo para se trocar os mesmos;
- Empregados: especificar a quantidade de empregados, quantos estão alocados na atividade fim da empresa, quantos na administração, grau de experiência dos mesmos, quais treinamentos são necessários;
- Mercado Interno: explorar se o mercado de atuação da empresa é interno, quais as principais regiões em que atua, qual percentual de faturamento por região;

- Mercado Externo: neste campo explora a atuação da empresa no mercado internacional, se a empresa exporta e/ou importa, quais produtos exporta, quais produtos importa, meios de pagamento, se realiza adiantamento com operações bancárias para realizar suas exportações / importações, se efetua operações financeiras visando proteger-se contra o risco de grandes variações de preço da moeda estrangeira, quais os principais países que opera no caso de exportação. Quais países de origem dos produtos importados, qual percentual de exportações no faturamento e quanto a empresa realiza de importações nas suas compras;
- Quais seus principais clientes no mercado interno, percentual de participação nas vendas, se existem concentração dos mesmos, qual percentual de cada cliente, riscos envolvidos no processo de vendas, percentual de vendas à vista e à prazo;
- Concorrentes: explorar sobre os principais concorrentes, diretos e indiretos da empresa, tamanho dos mesmos perante a empresa, grau de influência dos concorrentes em suas vendas. Destacar os principais;
- Descrição do Risco Socioambiental: conforme consulta ao site Agência Brasil(2014).

“Os bancos brasileiros terão que criar políticas de responsabilidade socioambiental. Entre outras ações, isso significa que riscos envolvendo impactos sociais ou ao meio ambiente terão que ser previstos e reduzidos em operações financeiras como as análises de crédito. A regra está em resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O banco poderá elaborar o plano de acordo com suas especificidades, dependendo do perfil de clientes ou das operações realizadas”.

Dentro deste contexto é de responsabilidade do banco verificar quais impactos sócios ambientais a empresa pode afetar e quais medidas está tomando para amenizar ou eliminar tais efeitos.

Conforme resolução Nº 4.327, de 25 de abril de 2014, no seu artigo:

Art. 6º O gerenciamento do risco socioambiental das instituições mencionadas no art. 1º deve considerar:

I - Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;

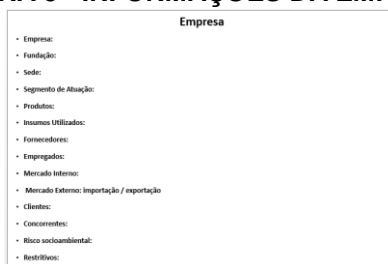
II - Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;

III - Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e

IV - Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Restritivos: neste campo explora-se a consulta da idoneidade do cliente, sua vontade de pagar, a SERASA é um dos principais provedores de informações cadastrais e de restritivos das empresas, assim pesquisa-se neste site se o cliente tem (ativo), teve (baixado) restritivos na sua existência, caso positivo, deve ser esclarecido os motivos dos mesmos, o que levou a empresa a apresentá-los, o que está sendo feito para regularizá-los. Este campo deve ser avaliado com cautela, pois pode ser um sinal de mau pagador, evitando assim clientes indesejáveis.

FIGURA 5 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA



Fonte: Autor (2015)

d) Perfil dos Administradores

Nesta parte do relatório deve ser detalhado a composição societária da empresa, apresentado o organograma, os dados dos administradores, enfim demonstrar dados sobre a administração efetiva da empresa, devendo conter as seguintes informações:

- Composição Societária da empresa, quais são seus sócios, percentual de participação de cada um na sociedade, montando um organograma que represente o quadro de sócios;
- Perfil: informar se a empresa se enquadra em pequena, média ou grande;
- Controle: informar se o controle da empresa é familiar ou empresa gerencial composto por profissionais de mercado;
- Administração: explorar quem realiza a administração da empresa, se membros da família, ou profissionais de mercado, qual idade dos mesmos, experiência profissional, atividades exercidas em outras empresas. Assim buscam-se detalhes de quem administra a empresa se são pessoas capacitadas para atender as demandas de mercado e influências de crises econômicas internas e externas;
- Processo Sucessório: neste campo busca-se explorar se a empresa possui um processo de sucessão claro e definido.

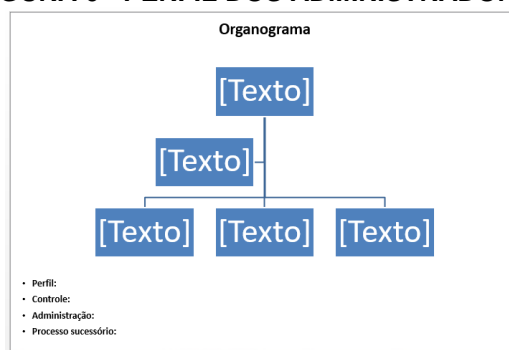
Conforme consulta ao site Administradores.com (2015), o processo sucessório é importante, pois.

“Em tese, todas as empresas têm a preocupação de traçar, mesmo que intuitivamente, um plano de sucessão, pois o tempo é uma determinante invariável: passa rápido e para todo mundo! O diferencial das empresas mais bem preparadas nesse sentido está na capacidade de sair da preocupação e implementar efetivamente a gestão sucessória”.

Continuando com o pensamento o risco do processo sucessório consiste em que.

“O risco de não se fazer isso está nos chamados gaps de liderança, quando, por exemplo, alguém chave, que ocupa um cargo-chave na empresa, do dia para a noite pode não estar mais disponível para o negócio, independentemente do motivo da saída dessa pessoa. A estrutura da empresa é abalada, o clima interno é afetado e, com certeza, a competitividade vai aproveitar a brecha para ganhar espaço no mercado”.

FIGURA 6 - PERFIL DOS ADMINISTRADORES



Fonte: Autor (2015)

e) Informações Econômico-Financeiras

Neste momento apresenta-se o Balanço Patrimonial da Empresa, suas contas de Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido e Demonstração de Resultados do Exercício, destacam-se alguns indicadores importantes para visualização e preparo para a Análise Econômico-Financeira na sequência.

FIGURA 7 - INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Informações Econômico-Financeiras (Highlights)													
ATIVO	dez/13	%	dez/14	%	mar/15	%	PASSIVO	dez/13	%	dez/14	%	mar/15	%
CIRCULANTE							CIRCULANTE						
Caixa							Fornecedores						
Contas a Receber							Bancos CP						
Estoque							Provisão I/RCS						
Adm. fornecedores							Adiantamento a clientes						
Impostos a Recuperar							Partes Relacionadas						
REALIZÁVEL A LP							EXIGÍVEL A LP						
Partes Relacionadas							Bancos LP						
Contas a receber de clientes							Tributos Parcelados						
PERMANENTE							PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Investimentos							Capital Social						
Imobilizado							Reservas de Capital / Lucros						
ATIVO TOTAL							PASSIVO TOTAL						
dez	dez/13	%	dez/14	%	mar/15	%	INDICADORES	dez/13	%	dez/14	%	mar/15	%
FATURAMENTO BRUTO							PATRIMÔNIO LÍQUIDO TANGÍVEL						
Deduções							CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO						
FATURAMENTO LÍQUIDO							CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO						
Custos							EBITDA						
Depreciação / Amortização							INVEST. OPER. GIRO (RIG)						
LUCRO BRUTO							INVEST. ATIVO FIXO						
Despesas adm. Oper							ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CP						
Outras Desp./Rec. Oper							ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO						
LUCRO OPERACIONAL							DÍVIDA LÍQUIDA						
Despesa Financeira							DÍVIDA LÍQUIDA EM DIAS DE FAT.LÍQ						
Receita Financeira							EBITDA / DÍVIDA LÍQUIDA						
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO							ICR - FIM / INÍCIO						
Res. Não Operacional							LEVERAGE						
Res. Conto/Colig/De. Patrimonial							END. OPER. LÍQUIDO						
I/RCS							LÍQUIDEZ CORRENTE						
LUCRO LÍQUIDO							ROIC						

Fonte: Autor (2015)

e.1) Detalhamento de Contas Contábeis

A principal finalidade deste momento é de realizar o detalhamento das principais contas do demonstrativo contábil que será analisado, demonstrando assim os impactos econômico-financeiros destas contas no contexto da análise de balanços.

Com as aberturas tem-se um entendimento melhor das contas, para complementar a Análise dos Demonstrativos Contábeis.

Dentro desta análise consegue-se verificar o comportamento do endividamento com bancos se com o decorrer dos meses vem aumentando ou diminuindo, situação que pode ser confrontada com as informações da empresa sobre seu endividamento e a informação dada do endividamento bancário nos Demonstrativos Contábeis analisados.

FIGURA 10 - ENDIVIDAMENTO JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO - BACEN

The image shows a screenshot of a form titled "Endividamento (Bacen)". The form is mostly empty, with a small text area at the bottom left labeled "Comentários:".

Fonte: Autor (2015)

e.4) Abertura do Endividamento Bancário fornecido pela Empresa

Como forma de confirmação do endividamento bancário da empresa, solicita-se a mesma a abertura de seu endividamento mais recente, ou de acordo com o Balanço Patrimonial apresentado, assim se verifica com quantos bancos a empresa opera, quais são e quais linhas utiliza. Podendo assim, comparar com o informado pelo Banco Central (BACEN), avaliando o grau de confiabilidade das informações prestadas pela empresa e em caso de uma possível recomendação de crédito, poderemos verificar quais linhas e valores as demais Instituições vem operando com tal empresa.

FIGURA 11 - ABERTURA DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO FORNECIDO PELA EMPRESA

The image shows a screenshot of a form titled "Endividamento (Bancos)". The form is mostly empty, with a small text area at the bottom left labeled "Comentários:".

Fonte: Autor (2015)

f) Consulta ao Mercado Financeiro

As empresas devem ter um bom relacionamento com as entidades que operam no mercado, podendo trocar informações acerca dos clientes, e antecipar possíveis problemas. Esta prática é de grande valia, pois tem-se informações de como o pleiteante do crédito atua no mercado como um todo.

FIGURA 12 - CONSULTA AO MERCADO FINANCEIRO



The figure shows a rectangular form with a title bar at the top that reads "Consulta ao Mercado". Below the title bar, there is a section labeled "Comentários:" followed by a large, empty rectangular area for text input.

Fonte: Autor (2015)

g) Pontos Fortes e Pontos Fracos da Empresa

Nesta etapa já se estudou profundamente a empresa cliente, assim consegue-se elaborar um resumo de seus Pontos Fortes e Pontos Fracos, buscando estabelecer bases para a decisão de crédito que será tomada, se recomenda aprovação, se nega o crédito, ou se recomenda com alterações. Avaliando os pontos fortes e fracos pode-se estabelecer mais assertivamente a decisão.

FIGURA 13 - PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS



The figure shows a rectangular form with a title bar at the top that reads "Pontos Fortes e Fracos". Below the title bar, there are two distinct sections: "Pontos Fortes" on the left and "Pontos Fracos" on the right, each followed by a large, empty rectangular area for text input.

Fonte: Autor (2015)

h) Indicação de Parecer

Enfim, após todo o processo de Análise de Crédito realizado, chega-se finalmente a uma Conclusão / Recomendação.

Resumidamente apresenta-se a empresa, descreve o resultado da análise dos Demonstrativos Contábeis e apresenta-se a Decisão de Crédito.

Avaliando o relatório, tem-se definido o parecer, se positivo ou negativo.

Aprovando os riscos especifica-se o limite que a empresa terá na credora, validade do mesmo, quais modalidades utilizará, valor, prazo da operação, como será o pagamento (se com carência, quantidade de prestações, disposição das prestações, etc.), garantia apresentada e se apresenta empréstimos ainda vigentes (modalidade, valor, vencimento, garantias utilizadas).

FIGURA 14 - INDICAÇÃO DE PARECER

Conclusão / Recomendação
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Empresa: • Análise de Balanços: • Decisão de Crédito: • Cliente: • Perfil: • Limite: R\$ xx (Prazo: xxx dias) • Modalidade: • Valor: • Prazo: • Pagamento: • Garantia: • Riscos Existentes (Base Liquidação):

Fonte: Autor (2015)

i) Recomendação para o Comitê de Governança

A decisão do crédito em instituições de médio e pequeno porte como descrito no item 4.2 deste trabalho, deve ser realizado em definições de responsabilidade designados pela própria instituição, assim sendo, caso a proposta analisada por algum motivo definido nas alçadas de crédito seja de competência de alçada de nível superior neste campo é dado um parecer encaminhando a proposta para instância superior.

Assim será analisada por alçada competente e definido parecer final, com as devidas condições de aprovação ou de negativa do crédito analisado.

FIGURA 15 – RECOMENDAÇÃO PARA O COMITÊ DE GOVERNANÇA

Indicação de Parecer para Alçada Superior
Apresentação da Empresa:
Dados da Operação:
Garantias da Operação:
Recomendação da Alçada Competente
Decisão do Comitê de Crédito

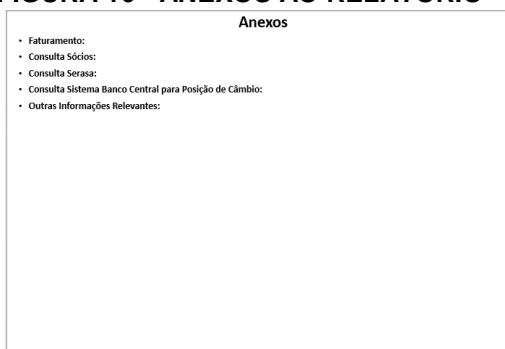
Fonte: Autor (2015)

j) Anexos

A partir deste momento apresentam-se informações adicionais sobre a composição do faturamento dos últimos 36 meses (quadro resumo mês a mês); um quadro demonstrando o nome dos sócios, seus bens e se possuem restritivos; um quadro expondo a situação da empresa junto ao SERASA, identificando se possui ou não restritivos.

Apresenta-se também um quadro resumo da posição de operações no mercado internacional, via consulta ao Banco Central da Posição de Câmbio (PCAM) para Instituições credoras conveniadas ao Banco Central, dos últimos 04 anos, analisando assim o que foi contratado, liquidado, cancelado, e pendente de finalização.

FIGURA 16 - ANEXOS AO RELATÓRIO



Fonte: Autor (2015)

Podem-se acrescentar também informações adicionais de consultas a Internet, reportagens, quadros de ranking do mercado de atuação e qualquer outra informação que julgar procedente a empresa e ao crédito pleiteado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar no decorrer deste trabalho, o Crédito é um instrumento de desenvolvimento para as empresas e pessoas, bem como, a economia cresce com a utilização do crédito. Através do crédito as empresas conseguem atingir objetivos maiores no que tange a construção de novas unidades, desenvolvimento de novos produtos, aumento nas vendas, etc.

Para que o Crédito atinja seu objetivo máximo, que é propiciar o desenvolvimento das entidades, tem de ser muito bem avaliado, pois é com o repagamento do mesmo que se consegue emprestar novamente e assim dar continuidade ao processo de empréstimos e crescimento econômico.

O entendimento do repagamento consiste em tomar uma decisão assertiva na concessão do crédito, para que essa necessidade seja atingida, o entendimento econômico-financeiro das empresas solicitantes de crédito é de suma importância, seja ele concessão de prazo nas vendas, empréstimos em dinheiro e financiamentos bancários para máquinas, equipamentos, imóveis.

Assim sendo, buscou-se neste trabalho identificar as informações importantes para serem detalhadas, bem como, onde devem ser apresentadas para leitura e apreciação para tomada de decisão. Assim, foi proposto o referido Relatório de Proposta de Crédito para Pessoas Jurídicas direcionado a Instituições Financeiras de Pequeno e Médio Porte.

A proposta do trabalho visa preencher as lacunas existentes na análise de um processo de crédito para instituições financeiras de médio e pequeno porte, tornando as decisões mais técnicas, mais eficientes, mais embasadas de informações verídicas e reais.

O entendimento creditício das empresas é de suma importância, assim, ordenadamente entendendo os riscos e seus atenuantes a análise e concessão de crédito apresentam a maior certeza quanto ao repagamento da operação, perpetuando na manutenção do crescimento da economia e das atividades empresariais.

Sugiro que sejam realizadas futuras pesquisas para agregar o máximo de informações necessárias, podendo assim, minimizar o risco na análise creditícia.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ASSAF NETO, Alexandre; Lima, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARBOSA, Ângelo Crysthian. **Contabilidade Básica**. Curitiba: Juruá, 2004.
- BLATT, ADRIANO. **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito** – Um enfoque Prático, São Paulo: Nobel, 1999.
- CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade Introdutória** – Descomplicada. Curitiba: Juruá, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Mini Aurélio**: O Dicionário da Língua Portuguesa, 8ª ed. Curitiba, Positivo, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, ET al. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa** (Folha / Aurélio), Editora Nova Fronteira S.A., Rio de Janeiro 1988.
- IUDICÍBUS, Sergio de, et al. **Contabilidade Introdutória**, 11ª ed. São Paulo: Atlas 2010.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis** – Contabilidade Empresarial, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Luis Martins de, et al. **Controladoria Estratégica**, 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito**: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito**: Concessão e Gerência de Empréstimos, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008
- Conceito de Relatório, site consulta 10 de novembro 2015 às 22:27 horas.
- Consulta Risco Socioambiental, site:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-04/bancos-terao-de-prever-risco-socioambiental-em-operacoes-financeiras>, 06 de março de 2016 21:10.
- Consulta ao site do Banco do Central sobre risco sócio ambiental:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf, 06 de março de 2016 21:20.

Consulta ao site do Banco Central sobre Relatório de Crédito:
<http://www.bcb.gov.br/?BACENFAQ>

Consulta ao site do Banco Central sobre classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa:
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf, 26 de maio 2016 21:04.

Consulta site: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/planejamento-sucessorio-oportunidades-e-riscos/28327/>, 06 de março de 2016 21:25.

Consulta ao site do Ministério Público Federal sobre a operação Lava Jato:
<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>, 26 de maio de 2016 18:27.

<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>, 26 de maio de 2016 18:41.

Consulta ao site correspondente Ruth Costa da BBC Brasil:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_lavajato_ru, 26 de maio de 2016 18:57.

Consulta ao site Revista Isto É “Obras Paradas: o outro lado da Operação Lava Jato”:
http://istoe.com.br/402288_OBRAS+PARADAS+O+OUTRO+LADO+DA+OPERACAO+LAVA+JATO/, 26 de maio de 2016 19:08

Consulta ao site Revista Exame, reportagem 10 números que revelam a escala da crise econômica no Brasil: <http://exame.abril.com.br/economia/frases-e-numeros/10-numeros-que-revelam-a-escala-da-crise-economica-no-brasil>, 26 de maio de 2016 19:28.